



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

- 2.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.597, DE 2014

Abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa, utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do *caput* do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 9º da Lei n.º 21.148, de 15 de janeiro de 2014, que autoriza a Assembleia Legislativa a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada,

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa no valor de R\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), na forma constante no Anexo I desta deliberação.

Art. 2º - Para fins do disposto no art. 1º desta deliberação, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, na forma do Anexo II.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, em 13 de outubro de 2014.

Dinis Pinheiro, Presidente - Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente - Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente - Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Neider Moreira, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ANEXO I

(a que se refere o art.1º da Deliberação da Mesa nº 2.597, de 13 de outubro de 2014)
SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
1011-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-7	R\$1.200.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$1.200.000,00

ANEXO II

(a que se refere o art.2º da Deliberação da Mesa nº 2597, de 13 de outubro de 2014)
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
1011-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-1	R\$1.200.000,00



TOTAL DA ANULAÇÃO

R\$1.200.000,00

**ATAS****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 14/10/2014****Presidência do Deputado Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antonio Lerin - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Deiró Marra - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gil Pereira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Liza Prado - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 14h3min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2014

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Wilson Brumer, cônsul-geral honorário do Japão, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/6/14. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.112/2014, em turno único, do qual avocou para si a relatoria. Suspende-se a reunião. Às 15h33min, são reabertos os trabalhos e registra-se a presença dos deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Tiago Ulisses. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste momento, o Projeto de Lei nº 4.033/2013 é retirado da pauta por determinação do presidente por não cumprir os pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.905, 5.255 e 5.264/2014, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.430 e 8.432/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Luzia Ferreira, presidente - Duarte Bechir - Durval Ângelo.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2014

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Bosco (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BRT) e Pompílio Canavez (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Denílson Vicente Fontoura, secretário municipal de Obras e Serviços Públicos de Brumadinho (5/7/2014); Luciano Fernandes Novaes, secretário municipal de Saúde de Contagem (19/7/2014); Luiz Pedro Corrêa do Carmo, prefeito municipal de Ituiutaba (7/8/2014); Fabrício Torres Sampaio, secretário de Transportes e Obras Públicas; Luciano Fernandes Novaes, secretário municipal de Saúde de Contagem (7/8/2014); Leopoldo Jorge Alves Neto, chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Saúde (7/8/2014); documento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (8/8/2014); e ofício do Sr. José Ramoniele Raimundo dos Santos, secretário municipal de Educação de Contagem (5/7/2014). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.431 e 8.578/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 10.566/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, no Município de Montes Claros, o Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Liza Prado, presidente - Duarte Bechir - Maria Tereza Lara.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2014

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Marques Abreu, Mário Henrique Caixa e Pompílio Canavez (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Denner James Armanhe Zacchi, diretor do Departamento de Infraestrutura de Esporte da Secretaria Nacional de Esporte do Alto Rendimento, publicado no *Diário do Legislativo*, em 6/6/2014. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 5.136 e 5.281/2014 (relator: deputado Marques Abreu); 5.155 e 5.246/2014 (relator: deputado Tenente Lúcio); 5.253/2014 (relator: deputado Tadeu Martins Leite), que recebem parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.153/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.125, 5.127 e 5.130/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento:

nº 10.569/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sd. PM Rosiane Cândido dos Santos, lotada no 37º BPM, em Araxá, pelo título de Campeã Mineira Estadual no 6º Campeonato Mineiro de Musculação e Fitness pela Federação IFBB. A seguir, é aprovado relatório da visita realizada pela comissão em 6/5/2014, ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, o qual vai publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

André Quintão, presidente - Liza Prado - Maria Tereza Lara.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Local visitado: Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins

Apresentação

A requerimento do deputado Fred Costa, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude visitou, no dia 6/5/2014, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no Município de Confins, com o objetivo de discutir o andamento das obras do terminal para a Copa do Mundo de 2014.

Além do autor do requerimento, participaram da visita o deputado Marques Abreu, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o acompanharam Silvério Gonçalves, superintendente da Regional Sudeste da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero -; Maria Edwirges Madeira, superintendente do Aeroporto Internacional Tancredo Neves; José Mateus Guimarães Moreira, superintendente de obras da Infraero; Marcelo Raggi Pacheco, superintendente de empreendimentos das regionais sul e sudeste da Infraero; e Ricardo Alexandre, líder de empreendimentos e gestão de projetos do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Relato

Nas três visitas anteriores desta comissão ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves - em dezembro de 2012, e nos meses de abril e dezembro de 2013 -, foram prometidas pelos representantes da Infraero as seguintes entregas: Terminal 3; reforma do saguão do Terminal 1, cobertura das passarelas e troca de todas as pontes de embarque desse terminal; nova praça de alimentação e nova área comercial; ampliação da sala de desembarque internacional e modificação de seu *layout*; ampliação do pátio de aeronaves e construção do Pátio 2.

No entanto, durante a visita ora relatada, as obras do Terminal 3, da praça de alimentação, da área comercial, do saguão do Terminal I, das escadas rolantes e dos elevadores ainda estavam em andamento; já o Terminal 2 será construído somente após a transferência da gestão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves para a concessionária *BH Airport*. Das entregas previstas, somente a cobertura das passarelas de acesso ao Terminal I e a troca das pontes de embarque foram concluídas.

Foram visitadas também as obras dos Pátios 2 e 3 e do pátio de cargas. As obras do Pátio 3, que acrescentam sete posições de aeronaves, já estavam concluídas, mas o local ainda não fora liberado para receber voos regulares. Já as obras do Pátio 2, quando concluídas, acrescentarão 26 posições.

De acordo com os representantes da Infraero, as obras do Aeroporto de Confins essenciais ao atendimento da demanda gerada pela Copa do Mundo correspondem a 47% do total das obras previstas. Desse montante, apenas 88% haviam sido concluídos até a realização da visita. Os representantes da Infraero creditaram os seguidos atrasos nas obras a fornecedores e outros parceiros.



As obras da MG-010, principal via de acesso ao terminal, por sua vez, estavam praticamente concluídas, restando a pintura da sinalização horizontal, a instalação das placas de sinalização e a iluminação da via. Foram construídos dois viadutos, um de retorno, próximo ao pátio de cargas; e outro para acesso ao Terminal 1. O governo estadual foi o responsável pelas obras da rodovia.

Conclusão

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude constatou que, apesar de o Brasil ter sido escolhido como sede da Copa em 2007, as obras de infraestrutura do Aeroporto Internacional Tancredo Neves não serão concluídas a tempo para o evento.

Diante do que foi observado, esta comissão agendará nova visita ao terminal no mês de junho de 2014, para acompanhar a evolução das obras em andamento.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.

Marques Abreu, presidente - Mário Henrique Caixa - Pompílio Canavez.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/8/2014

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Arlen Santiago e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Amarildo de Oliveira, morador do Município de Pocrane, informando que na Farmácia de Minas de sua cidade faltam medicamentos e solicitando o apoio desta Casa para a solução do problema; ofício do Vereador Nilmar Eustáquio, do Município de Divinópolis, solicitando audiência pública nessa cidade para apurar a morte da Sra. Maria Helena de Souza Silva. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Sebastião Custódio Couto Júnior, presidente da Câmara Municipal de Frutal (19/7/2014); Gilmar de Assis, promotor de Justiça coordenador do CAO-Saúde (7/8/2014); Fernando Novais, presidente do PSB de Machacalis (14/8/2014). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.261/2014, na forma apresentada (relator: deputado Carlos Pimenta), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.616/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.596/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à presidência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - pedido de providências para que a instituição reveja o acordo celebrado com o Hospital Vera Cruz, posto que este não executa procedimentos de urgência e emergência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Wander Borges - Durval Ângelo.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/8/2014

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Marques Abreu e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondências publicadas no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2) (19/7 e 21/8/2014); do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social; do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (19/7/2014); e dos Srs. Danilo Antonio de Souza Castro, secretário de Casa Civil em exercício; Gilberto José Rezende dos Santos, chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde (8/8/2014); e Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Defesa Social (21/8/2014). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.705/2013, em 1º turno, e avoca para si a relatoria. A presidência comunica que serão reiterados os Requerimentos de Comissão nºs 9.657, 9.659, 10.187, 10.188 e 10.189/2014. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência à Secretaria de Cultura o Projeto de Lei nº 3.705/2013, atendendo-se a requerimento do relator, deputado Vanderlei Miranda. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.296/2014 (relator: deputado Vanderlei Miranda), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 10.601/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Ouro Preto para debater as recentes mortes de adolescentes e jovens em decorrência do uso de drogas, conforme denúncia apresentada na 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência



agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente - Liza Prado - Paulo Guedes.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/9/2014

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Sargento Rodrigues, Vanderlei Miranda e João Leite (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/8/2014; e *e-mails* da Sra. Heloísa Regina Alvarenga Cardoso, demonstrando apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, principalmente no que tange à efetivação dos professores do Estado, haja vista a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 100, de 2007; e dos Srs. Dênis Araújo Costa, solicitando seja realizado um estudo para reforçar o efetivo dos peritos criminais no Estado, informando que existem candidatos excedentes aguardando convocação e que a nova Lei Orgânica da Polícia Civil aumentou a quantidade de vagas na área; João Carlos Cruz, em que solicita seja revista a situação dos concursados da Telemar que foram exonerados em razão da privatização, e, ainda, a criação de empregos que desenvolvam o Estado e produzam melhorias na economia, na saúde e na segurança; Evandro de Sena Costa, na qual demonstra indignação contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014 e considera injusta a efetivação de servidores sem concurso público. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013 (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.631/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Duarte Bechir, presidente - Maria Tereza Lara - Liza Prado - Luzia Ferreira.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/9/2014

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Marcos Valério Rocha, Renzo Sansoni e Wellington Donato encaminhados por meio do Fale com a Assembleia em que denunciam, respectivamente, a poluição do Córrego Cintra, no Município de Montes Claros, do Rio Uberabinha, no Município de Uberlândia e atividades poluidoras desenvolvidas pela empresa Ecosteel no Município de Sarzedo; e ofício do Sr. Germano Luis Gomes Vieira, chefe de gabinete da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita o encaminhamento de contribuições para o grupo de trabalho criado com o objetivo de estabelecer diretrizes e novas estratégias para análise de processos de regularização ambiental. A presidência comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Antônio Dias Vieira, gerente técnico de Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (8/8/2014); Clésio Cândido Amaral, gestor da Divisão de Fiscalização Ambiental e Saneamento Urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Betim (26/8/2014); Juvenal de Souza e Silva, cidadão de Três Marias; e da Sra. Andréia de Castro Costa Xavier, gerente executiva do Centro de Documentação da Agência Nacional de Águas (21/8/2014). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.613/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião especial desta Casa destinada a comemorar o Dia da Árvore;

nº 10.614/2014, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada visita técnica com a finalidade de conhecer os limites propostos pelo Projeto de Lei nº 4.743/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008;

nº 10.615/2014, do deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja realizado debate público para discutir a política estadual de resíduos sólidos;

nº 10.616/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que fiscalize o corte de árvores em uma invasão de área ao lado do Loteamento Monte Sinai, no Município de Contagem, de acordo com a Denúncia 28035, registrada por moradores locais, com o envio do resultado dessa fiscalização a esta comissão;



nº 10.618/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no art. 123 da Lei nº 20.922, de 2013, segundo o qual o Conselho Estadual de Política Ambiental regulamentará e promoverá a revisão da definição das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e para a criação de unidades de conservação previstas no documento "Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação", da Fundação Biodiversitas, de 2005, 2ª edição, no prazo de dois anos contados da data de publicação da lei que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, de 16 de outubro de 2013;

nº 10.619/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja intensificada a fiscalização preventiva de incêndios no Parque do Rola Moça, em especial na região do Barreiro, no Município de Belo Horizonte, com o envio do resultado dessa fiscalização a esta comissão, e seja ampliada a instalação de câmeras de monitoramento que possibilitem a identificação dos responsáveis por incêndios criminosos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Célio Moreira, presidente - André Quintão - Liza Prado - Luzia Ferreira.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a dar continuidade ao debate sobre a situação em que se encontram os antigos barraqueiros em torno do Mineirão, especialmente diante da violação aos direitos humanos desses trabalhadores. A seguir, comunica o recebimento do ofício da Sra. Cláudia do Amaral Xavier, promotora de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais, justificando sua ausência e prestando informações sobre a questão dos feirantes do Mineirão e sobre a tramitação do Procedimento Preparatório nº 0024.13.001.216-4. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Júnia Ronan Carvalho, defensora pública, representando a Sra. Cleide Aparecida Nepomuceno, coordenadora da Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; e Selma Salvino da Silva, presidente da Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão - Abaem; e os Srs. Ronaldo Araújo Pedron, assessor-chefe de Articulação, Parceria e Participação Social do Governo do Estado de Minas Gerais; e Ernani Francisco Pereira, membro da Abaem, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Assume a direção dos trabalhos o deputado Rogério Correia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/10/2014

Às 9h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Nívia Mônica da Silva, promotora de justiça coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhando propostas de medidas referentes aos desdobramentos acordados na 17ª Reunião Extraordinária da comissão, visando ao aprimoramento do sistema prisional; e do Sr. Renato Patrício Teixeira, corregedor-geral de Polícia Civil, encaminhando ofício em que recomenda ao delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel que compareça à reunião da Comissão de Segurança Pública para a qual foi convocado. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Guido Marcelo Mayol, superintendente regional substituto; Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Estado de Defesa Social (2) (2/10/2014); Coronel PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (5); Sérgio Barboza Menezes, delegado de Polícia Federal (4/10/2014). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 10.649/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Governo do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja autorizada a convocação dos excedentes do concurso para provimento de cargos de agentes de segurança penitenciário realizado em 27/4/2014, conforme Edital Seplag/Seds nº 8/2013, tendo em vista que várias penitenciárias estão em fase de construção e que há comprovada desproporção entre o número de reclusos do sistema prisional e o de agentes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.



Duarte Bechir, presidente - André Quintão - Maria Tereza Lara.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 16/10/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa Constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, criado pela Lei nº 13.194, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572, de 2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.323/2014, do governador do Estado, que altera o inciso II do art. 192 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2014, do governador do Estado, que altera o § 3º do art. 68 da Lei nº 20.748, de 25 de junho de 2013. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.342/2014****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Quatro Patas, com sede no Município de Machado.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.342/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação Quatro Patas, com sede no Município de Machado.

O principal objetivo da associação é zelar pelo bem-estar físico e psicológico dos animais, promovendo ações e projetos voltados a esses fins. Por meio de informação, esclarecimento e educação da população, a entidade busca criar uma cultura de respeito e cuidado com os animais, estimulando a posse responsável e a adoção de animais abandonados. Busca, ainda, participar da formulação e execução das políticas públicas de proteção aos animais, acompanhando ações do poder público, fiscalizando e estimulando o aperfeiçoamento da legislação vigente.

Num momento em que a proteção e defesa dos animais ganha cada vez mais espaço nos debates desta Casa, não há como negar a importância do trabalho desenvolvido por uma associação voltada para esse fim, razão pela qual consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.342/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.394/2014**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade do Muriqui, com sede no Município de Caratinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.394/2014 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade do Muriqui, com sede no Município de Caratinga, criada com o objetivo de atuar na conscientização e preservação ambiental e, em especial, na preservação do primata muriqui e das reservas florestais remanescentes da mata atlântica.

Para a consecução desse objetivo, a sociedade se propõe fomentar estudos e pesquisas, visando ampliar os conhecimentos a respeito da mata atlântica e sua ecologia e promover a divulgação da educação ambiental e da doutrina do associativismo, incentivando a criação de associações de quaisquer modalidades e categorias, integrando-se com os centros de conhecimentos, estimulando a intercooperação e o relacionamento com a comunidade. Além disso, propõe-se promover, organizar ou realizar programas, projetos ou eventos relacionados à arte e à cultura em geral.

Como reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pela entidade em prol do meio ambiente, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública. Acolhemos a emenda apresentada pela comissão que nos precedeu na análise, por meio da qual se adequou o nome da associação ao constante em seu estatuto constitutivo.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.394/2014, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2014.

Duarte Bechir, relator.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 14/10/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (10), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.857/2013, do deputado Ulysses Gomes; 6.841/2013, 7537 e 7.845/2014, da Comissão de Segurança Pública; 7.892/2014, das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais; 7.679, 7.789, 7.949 e 7.951/2014, da Comissão de Direitos Humanos; e 8.028/2014, da Comissão de Educação.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.442/2014, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Felipe Rodrigues Gonçalves de Assis Figueiredo, gerente executivo do INSS em Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.404/2014, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Geraldo Augusto de Almeida, presidente do TRE-MG, encaminhando cópia de convênio firmado entre essa corte e o Estado, por intermédio da PMMG, para os serviços de armazenagem e guarda das urnas eletrônicas e escolta ao seu transporte no período de realização das eleições de 2014. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.891/2013, da Comissão de Direitos Humanos, e 8.077/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.943/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.530/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/10/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

nomeando Tânia Campos Morato e Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

nomeando Adilson Martins Gonçalves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Luis Antônio Braga para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

exonerando Luiz Carlos de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Patrícia Carvalho da Silva do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 4 horas;

nomeando Luiz Carlos de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Patrícia Carvalho da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Viviana Ramos de Jesus para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tony Carlos

nomeando Luis Fernando Ferreira de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ezequiel da Silva Santana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Gabriela Dulgheroff Novais do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Romel Anízio, Vice-Líder do Bloco Avança Minas;

nomeando Giovanni Carlo Gentil Sivieri para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Romel Anízio, Vice-Líder do Bloco Avança Minas.



TERMO DE CONTRATO Nº 59/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel. Objeto: prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC. Vigência: 60 meses. Licitação: Pregão Eletrônico nº 50/2014. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 105/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hutner Consultoria Ltda. Objeto: contratação de 200 horas de consultoria especializada em *Information Technology Infrastructure Library* - Itil. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 8/1/2015 a 7/1/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 111/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Crown Vídeo Systems Assessoria e Comércio Ltda. Objeto: aquisição de câmeras de vídeo, cartões de memória e tripés. Objeto do aditamento: acréscimo de 25% ao objeto. Vigência: a partir da assinatura deste. Dotação orçamentária: 1011.01-122.701-2.009-4.4.90.10.1.